

Um estranho no ninho:
recepção crítica à “História da Cidade do Rio de Janeiro”, de Felisbello Freire.

MARIA FERNANDA DOS SANTOS*

Em fins de 2014, quando o Grupo de Pesquisa Sergipe Oitocentista (GPSEO – UFS/CNPq), discutia o autor/tema de suas rodas de leitura para o ano de 2015, Felisbello Firmo de Oliveira Freire (1858-1916) e sua historiografia representaram o consenso. Do conjunto de sua obra, uma em particular, despertou-me o interesse: “A História da Cidade do Rio de Janeiro”.

A obra, publicada em 1901 pela Typografia do Brazil, trata, como anuncia o título, da história da cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1500 e 1900. Este artigo busca mostrar a recepção crítica à referida obra, escrita pelo médico, político e historiador sergipano Felisbello Freire, intelectual pioneiro do movimento republicano em Sergipe e primeiro presidente do Estado sob a República¹.

Em princípios da década de 1890, Felisbello Freire mudou-se para Capital Federal a convite do Marechal Floriano Peixoto, para ocupar a pasta de Ministro da Fazenda. Lá residindo, tornou-se sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, integrando-se efetivamente ao quadro e ao cotidiano daquela prestigiosa instituição.

O Concurso e a obra

No ano de 1896, na gestão do prefeito Francisco Farquim Werneck de Almeida, que ansiando legar uma contribuição à memória e à história do Distrito Federal, publicou-se, no Diário Oficial, o Decreto nº 231, de 19 de março de 1896, que comunicava um prêmio em espécie a qualquer pessoa interessada em escrever a história completa do Distrito Federal. O decreto promulgado trazia quatro artigos explicativos para a realização do concurso.

* Graduada em História pela Universidade Federal de Sergipe, membro do Grupo de Pesquisa Sergipe Oitocentista (GPSEO – CNPq/UFS), pós-graduanda em História da Educação da Faculdade São Luis de França. Email: nanda_ufs@hotmail.com

¹ Considerado o patrono da historiografia sergipana, sendo autor da clássica História de Sergipe (1891), Felisbello Freire é também autor de uma obra controversa, como veremos aqui.

O primeiro artigo informava o valor de cinquenta contos de réis (50\$000) ao historiador que escrevesse a história completa do Distrito Federal, desde os tempos colônias até a “presente época”.

No segundo artigo, tratou-se do julgamento do mérito da obra, que seria avaliada por uma comissão especial, escolhida por pessoas competentes a critério do poder executivo.

O terceiro artigo estabelecia o prazo de cinco anos, a contar da publicação do decreto, para a execução do mesmo.

O concurso despertou o interesse do pesquisador Felisbello Freire, que se debruçou sobre os arquivos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Biblioteca Nacional, do Arquivo Municipal e demais arquivos, com o intuito de produzir o que seria a obra de maior relevância sobre a história da cidade do Rio de Janeiro.

O trabalho, escrito entre fins do século XIX e princípios do século XX, aborda desde a chegada e conquista, fundação e organização administrativa, como ainda, os costumes, hábitos, tradições, arte, cultura, educação e também enfatizando, minuciosamente, a política externa e interna dos governantes, seus atos, finanças e movimento econômico.

A Repercussão da obra no IHGB

Percorrido o prazo de cinco anos, o escritor Felisbello Freire entregou a obra sobre a história do Distrito Federal, cumprido assim uma das exigências proposta pelo Decreto.

Diante disso, o então prefeito o Sr. Dr. Xavier da Silveira Siqueira, dando continuidade ao projeto do anterior gestor, encaminhou ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro um ofício, datado de 16 de janeiro de 1902, juntamente com a obra de Felisbello Freire, solicitando desta instituição sua colaboração no sentido de constituir uma Comissão Especial para análise da obra e a elaboração do parecer. (Revista do IHGB, 1902, pg. 407).

O Presidente do IHGB, o Sr. Olegário Herculano Aquino e Castro², convidou o secretário da instituição para fazer a leitura, em sessão ordinária, da solicitação do prefeito, e, logo apreciada, a mesma foi atendida. Nomeou-se os então conselheiros membros do IHGB para empreitada. A Comissão Especial foi composta pelos senhores Tristão de Alencar Araripe, Macedo Soares e Amaro Cavalcanti, todos historiadores, juristas e políticos renomados no país, com a responsabilidade de julgar o mérito da obra do escritor Felisbello Freire.

² Olegário Herculano Aquino e Castro filho do Major Tomás d' Aquino e Castro e de D. Escolástica d' Aquino e Castro, nasceu no ano de 1828 na cidade de São formou-se magistrado e historiógrafo. Foi presidente do Supremo Tribunal Federal (1894-1906) e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1891-1908). Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, em 10 de agosto de 1906, sendo sepultado no Cemitério da Ordem do Carmo. (Supremo Tribunal Federal. *Ministros*. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&id=208>> Acessado em 12 de junho de 2015).

O objetivo dessa Comissão Especial era avaliar a importância do trabalho para a história do Rio de Janeiro, como também para a historiografia nacional e classificar a obra como merecedora ou não do prêmio.

O parecer foi entregue em tempo hábil pela Comissão, em 21 de janeiro de 1902. Em 20 de fevereiro de 1902 foi lida em sessão extraordinário do IHGB, sendo feito o seguinte registro em ata:

Nesse trabalho, o auctor obedeceu aos methodos scientificos da moderna sciencia da Historia jogando com todos os elementos para descrever os factos, a evolução geral dos acontecimentos, a marcha da civilisação nesta zona do paiz, as instituições, a formação de elemento ethnico, a política e com a maior minudencia a formação da Cidade, seu desenvolvimento, desde as primitivas épocas até agora.³

A obra é pouco volumosa, mas evidencia a capacidade e experiência intelectual do autor, que discute os mais diversos temas, alguns até inéditos, sobre a cidade do Rio de Janeiro. Os avaliadores do IHGB destacaram a minuciosa pesquisa nos arquivos, que revelou documentos desconhecidos pelos historiadores daquela instituição.

A Comissão, continuando sua análise do trabalho, apontou a preocupação do mesmo ao debruçar-se mais sobre alguns temas em especial, como a população, o desenvolvimento da cidade (desde o século XVI), os costumes, hábitos, tradições e, principalmente, a política. Entre os temas inéditos da história da cidade do Rio de Janeiro, atentou-se para as lutas os argentinos.

Conforme o parecer, a Comissão do IHGB conclui que o trabalho do Dr. Felisbello Freire é da maior utilidade ao país e merecedora do prêmio decretado pela municipalidade.

Entretanto, alguns conselheiros, presentes na referida sessão, pediram a palavra e deram início a uma discussão que teve como desdobramento o convite do IHGB para que Felisbello Freire fizesse a leitura do seu trabalho no Instituto.

Sendo assim, o autor participou de várias sessões ordinárias e extraordinárias durante o ano de 1902, com o intuito de atender ao pedido daquela instituição, e ao final de cada sessão, fazia a leitura de partes de sua “A História da Cidade do Rio de Janeiro”.

Porém, durante a sessão ordinária de 16 de maio de 1902, o Sr. Rocha Pombo⁴, após o termino e explanação, Felisbello Freire propôs que se dê por terminada a leitura, justificando

³ Acta da 1ª Sessão Extraordinária de 20 de fevereiro de 1902, na qual se destaca parte do parecer da Comissão Especial, lida aos conselheiros presentes pelo 2º secretário o Sr. Max Fleiuss.

⁴ José Francisco da Rocha Pombo nasceu em Morretes, no Paraná, a 4 de dezembro de 1857. Era filho de Manuel Francisco Pombo e de Angélica da Rocha. Faleceu no Rio de Janeiro em 26 de junho de 1933.

achar que o Instituto está perfeitamente orientado para julgar o mérito do trabalho e sugere que marque a próxima sessão para discutirem os pontos divergentes que houver.

Contudo, o 1º vice-presidente Manoel Francisco Correia, representando nesse momento o presidente Aquino e Castro, não aceita a indicação do conselheiro Rocha Pombo. Diante desta divergência fazem algumas observações os senhores Felisbello Freire, Henrique Raffard, Max Fleiuss, Pernambuco, Souza Pitanga, Rocha Pombo e Aristides Milton. Esse último apresenta uma emenda sugerindo que a leitura do trabalho de Felisbello Freire se restrinja ao terceiro capítulo, por ser esse motivo de maior divergência. Aceita a sugestão, Felisbello Freire continua, nas sessões seguintes, a leitura do seu trabalho, agora restrito ao terceiro capítulo.

Percebe-se, naquele momento, que a repercussão da obra de Felisbello Freire no IHGB se desdobrou em muitos embates e discussões, pois, mesmo com o parecer favorável da Comissão Especial, essa foi questionada, obrigando o autor à exposição pública.

Na sessão extraordinária realizada em 20 de junho de 1902, Freire finalizou a leitura da terceira parte do seu trabalho. O presidente em exercício estabeleceu uma sessão especial, antes da sessão ordinária da instituição, com o objetivo de discutir a leitura da obra e julgar merecedora ou não do prêmio decretado em lei.

Às 14 horas, do dia 27 de junho de 1902, em sessão especial, na qual estiveram presentes vinte e um conselheiros⁵, um número expressivo em vista as sessões anteriores e que não contou com os membros da Comissão Especial e com o autor da obra analisada. A referida sessão, presidida pelo 1º vice-presidente Manoel Francisco Correia, foi finalizada a mesma com a discussão e votação do parecer da Comissão Especial. Após alguns embates e sugestões, abri-se a votação por quesitos. Sendo o primeiro a relevância da utilidade da obra ao país, ressaltando que a mesma precisava ser completada. A esse quesito foram favoráveis, sugerindo que o trabalho fosse completado. Quanto ao segundo quesito, que dizia respeito ao prêmio de 50\$000 (cinquenta contos de reis), foram desfavoráveis.

Jornalista, professor, poeta e historiador. Mudou-se em 1897 para a Capital Federal, continuando a exercer as profissões de jornalista e de professor. Ingressou por concurso na congregação do Colégio Pedro II e lecionou, também, na Escola Normal e no ano de 1900 foi admitido sócio do IHGB.(Academia Brasileira de Letras. Rocha Pombo. Disponível em: < <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=216&sid=349>> Acessado em 12 de junho de 2015).

⁵ Manoel Francisco Correia, Marquez de Paranaguá e Barão Homem de Mello, Commendador Henrique Raffard, João Alfredo Corrêa, M. A. Galvão, General Francisco Raphael de Mello Rego, Coroneis Thaumaturgo de Azevedo e Honorio Lima, Desembargador Souza Pitanga, Dr. Castro Carreira, José M. Fernandes Pereira de Barros, Luiz de França Almeida e Sá, Commendador Oliveira Catramby, Drs. A. da Cunha Barboza, Aristides Milton, José Americo dos Santos, A. de Paula Freitas, Miranda Azevedo, Rocha Pombo e Max Fleiuss. (Acta da Revista do IHGB, 1902, pg. 452).

Esses embates e controvérsias acerca do trabalho escrito pelo historiador sergipano Felisbello Freire nos leva a questionar a relevância dessa obra. Porque os conselheiros do IHGB, mesmo após o parecer favorável da Comissão, seguiram questionando a legitimidade da obra? Poderíamos questionar a escolha dos membros da Comissão, mas essa foi constituída por pesquisadores renomados, selecionados pelos próprios conselheiros daquela instituição.

No mais, é possível que questões políticas tenham interferido no processo de julgamento da obra, já que o autor da obra era um convicto republicano diante de uma elite intelectual predominantemente monarquista.

Seja como for, estamos diante de um estranho no ninho, pois Felisbello Freire era um mulato sergipano nos quadros sociais do IHGB e que aventurou-se a escrever uma história oficial da cidade do Rio de Janeiro.

A repercussão da obra nos Jornais

O jornal “Cidade do Rio”, no ano de 1900 noticiou, com elogios, a produção da obra e sua relevância à História Nacional, bem como a competência e dedicação de Felisbello Freire:

O illustre historiador e financista, Dr. Felisbello Freire está escrevendo, com a conscienciosa e sabia documentação com que prestigia as suas obras, a Historia da Cidade do Rio de Janeiro.

Sempre prodigo de bondade e distincção para connosco, o Dr. Felisbello vae publicar na CIDADE DO RIO dous capitulos de seu trabalho, precioso subsidio para a historia nacional.

Esses capitulos narram – A Revolução Politica no Rio de Janeiro, em meiadós do século XVII, provocada pela crise econômica e financeira, agravada pelo governo de Salvador Benevides, revolução de que foi chefe Jeronymo Barbalho, descendente de alta linhagem, mas patriota denodado.

Amanhã começaremos a publicação desses magníficos capítulos, proveitoso ensinamento cívico.⁶

Nas publicações seguintes podemos verificar o prestígio de Felisbello Freire, atribuídos pelo jornal ao publicar na íntegra, dois capítulos da obra que logo sairia do prelo (“A Crise econômica e financeira do meiado do século XVII” e “O ultimo governo de Salvador Correia de Sá Benevides”, eram os títulos dos capítulos). Com o objetivo de instigar a curiosidade do leitor para a obra sobre a história da Cidade do Rio de Janeiro, que em breve seria publicada. Posteriormente, o jornal informa que o autor pretende publicar a obra em

⁶ Jornal Cidade do Rio, 1900, pg.01.

forma de fascículos, com o intuito facilitar a sua aquisição e reduzir os gastos. O jornal finaliza o informe oferecendo ao leitor a aquisição da obra que estará distribuída em 150 fascículos.

O jornal “A Notícia” de 10 de outubro de 1902 nos traz uma informação um tanto que inusitada. Informa ao leitor que Felisbello Freire, representado pelo advogado, Dr. Deodato Maia, irá mover uma ação judicial contra a Municipalidade do Rio de Janeiro, por essa querer adiar a entrega do prêmio de 50\$000 (cinquenta contos de réis) a quem escrevesse a história da cidade do Rio de Janeiro, concurso que teve como único concorrente o Sr. Felisbello Freire.

Esse mesmo jornal nos traz dois artigos do bibliotecário do IHGB, o médico Vieira Fazenda⁷, sobre o “Limite entre o Estado do Rio de Janeiro e o Distrito Federal” e “Bernarda (1660-1661)”⁸. O primeiro artigo, divulgado dois anos após a obra de Felisbello Freire, Vieira Fazenda referi-se ao trabalho sobre a “História da Cidade do Rio de Janeiro”, como uma monografia inédita, e que não recordava se a mesma fazia referência à descrição *dos limites das diversas paróquias do Distrito Federal e os deste como o Estado do Rio*.⁹ Entretanto, apresenta defesa ao autor da obra, caso o mesmo tenha comentado essa falha,

⁷ Nascido no Rio, em 28 de abril de 1847, José Vieira Fazenda formou-se em Belas Letras e em Medicina, profissão que exerceu na Santa Casa da Misericórdia. Em 1895 e 1896, Vieira Fazenda foi intendente municipal, e na mesma época começou a escrever para revistas e jornais da cidade, como “A Notícia”, do qual foi regular colaborador. Como bibliotecário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) — cuja sala de leitura hoje leva seu nome —, Vieira Fazenda travou contato com importantes intelectuais da época, como o historiador Capistrano de Abreu. Faleceu em 19 de fevereiro de 1917. (O GLOBO. Cultura. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2012/03/17/jose-vieira-fazenda-medico-escritor-amante-da-cidade-436325.asp>.> Acessado em 12 de junho de 2015.

⁸ Governava o Rio de Janeiro Salvador Correia de Sá e Benevides no início de 1660. Visando ao melhor aparelhamento das tropas coloniais, instituiu uma taxa sobre as posses dos habitantes. Como a economia açucareira estava em crise, os vereadores propuseram, em compensação, que fosse liberado o comércio da cachaça, que foi aceita por decreto a 31 de janeiro de 1660. A medida contrariou os interesses da Companhia Geral do Comércio do Brasil, que forçou sua revogação; apesar disso, persistiu o governador na cobrança das taxas e, tendo de viajar a São Paulo, deixou um tio encarregado de aplicar a cobrança, inclusive com uso da força. Na madrugada de 8 de novembro de 1660, liderados pelo fazendeiro, os revoltosos atravessaram a baía, convocando o povo da cidade pelo toque de sinos a reunir-se diante do prédio da Câmara. Totalizavam 112 senhores de engenho, 10 de São Gonçalo, que exigiam o fim da cobrança das taxas, bem como a devolução daquilo já arrecadado. Tomé de Sousa Alvarenga, tio do governador e em exercício durante sua ausência, mostrou-se fraco diante dos amotinados, que, sob a promessa de pagamento dos soldos em atraso, haviam conseguido a deserção dos soldados. Refugiando-se no Mosteiro de São Bento junto ao provedor-mor Pedro de Sousa Pereira, não esquivou-se Alvarenga de ser feito prisioneiro. Durante a rebelião, foram saqueadas as casas da família Correia e de Salvador de Sá. Alvarenga foi enviado para Portugal junto a uma lista de acusações contra sua família, então poderosa. Na praça, foi aclamado Agostinho Barbalho como novo governador, mas este recusou o cargo e buscou abrigo no Convento de Santo Antônio, de onde foi retirado à força e forçado a assumir o cargo. (Jornal A Notícia de 27 e 28 de dezembro de 1903, Ano XI, N° 306, pg. 03).

⁹ A Notícia, de 15 e 15 de outubro de 1903, Ano X, N° 24, pg. 03.

alegando que no ano de 1845, a própria Câmara do Rio, em ofício ao Ministro do Império, declarava ignorar particularidades sobre o assunto.

Já o segundo artigo, publicado no ano de 1904, Vieira Fazenda aborda a Revolta Bernarda (chamada também Revolta do Barbalho) que ocorreu, na opinião do escritor, pelo capricho do governador Salvador Benevides. Para sustentar essa opinião, cita a obra de Felisbello Freire, elogiando-o por trata de descrever minuciosamente esta Revolta no seu pioneiro trabalho sobre a história da cidade do Rio de Janeiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa encontra-se em fase inicial, e é preciso assinalar ainda, que este trabalho é parte de um projeto mais amplo, desenvolvido no âmbito do Grupo de Pesquisa Sergipe Oitocentista (GPSEO – UFS/CNPq), tendo em vista o estudo da produção, circulação e apropriação da mencionada obra de Felisbello Freire. Grosso modo, textos publicados em importantes jornais cariocas e nas Revistas do IHGB serviram de lastro documental para o estudo da recepção crítica à obra em foco.

A metodologia utilizada neste trabalho teve como ponto de partida as atas digitalizadas do IHGB, disponível no próprio site daquela instituição e dos jornais digitalizados da Biblioteca Nacional, disponível também na sua página eletrônica.

O trabalho fornece alguns subsídios ao delineamento da vida daquele personagem e sua trajetória intelectual na cidade do Rio de Janeiro, podendo ser ainda um ponto de partida para outros pesquisadores interessados nesse objeto de estudo.

Dessa forma pretendemos lançar luzes sobre um livro e um autor pouco conhecido, ampliando o nosso conhecimento sobre a trajetória dos fazeres historiográficos no Brasil de fins do século XIX e princípios do século XX.

Referências

CHARTIER, Roger. *A História Cultural – entre práticas e representações*. Lisboa: Difeel, 1990. (Tradução) GALHARDO, Maria Manuela. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. *Inscrever e apagar: Cultura escrita e literatura (séculos XI-XVII)*. (Tradução) FERREIRA, Luzmara Curcino. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

_____. *Os Desafios da Escrita*. (Tradução) MORETTO, Fúlvia M. L. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

Fontes

A Notícia, 10/10/1902 Edição 00240

A Notícia, 14 e 15/10/1903 Edição 00248

A Notícia, 27 e 28/12/1904 Edição 00306

Cidade do Rio, 11/10/1900 Edição B00012

Cidade do Rio, 12/10/1900 Edição B00013

Cidade do Rio, 13/10/1900 Edição B00014

Cidade do Rio 15/10/1900 Edição B00015

Cidade do Rio 16/10/1900 Edição C00015

Cidade do Rio 17/10/1900 Edição B00017

Cidade do Rio 19/10/1900 Edição B00019

Cidade do Rio 20/10/1900 Edição B00020

Cidade do Rio 23/10/1900 Edição B00022

Cidade do Rio 24/10/1900 Edição B00023

Cidade do Rio 29/10/1900 Edição B00027

Cidade do Rio 01/11/1900 Edição B00030

ATAS

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro. Ata da reunião do ano de 1901. Revista do IHGB, p.395.

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro. Ata da reunião do ano de 1902. Revista do IHGB, p. 407.

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro. Ata da reunião do ano de 1903. Revista do IHGB, p. 355.

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro. Ata da reunião do ano de 1904. Revista do IHGB, p. 397.

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro. Ata da reunião do ano de 1905. Revista do IHGB, p. 550.